

Escritório de Transferência de Tecnologia: uma nova estrutura nas universidades.

Gabriela Lemos Giovannini (Ciências Sociais; bolsista IC)

Marilis Lemos de Almeida (Departamento de Sociologia/UFRGS; orientadora)

Os Escritórios de Transferência de Tecnologia (ETT) foram criados nas universidades brasileiras a partir do final da década de 1990 com o objetivo de gerir a propriedade intelectual em seu interior e a transferência do conhecimento produzido na instituição para empresas, a fim de alavancar o desenvolvimento tecnológico do país e a construção da inovação. A presente pesquisa traz como elemento central, entender a forma como os ETT operam dentro da estrutura universitária, como se estruturam, quais suas atividades, que elementos mobilizam nas relações com a comunidade acadêmica e a instituição a qual pertencem. Para tanto, foram feitas entrevistas com os gestores dos ETT de cinco universidades gaúchas. As entrevistas passaram por uma análise de conteúdo na qual se observou a estrutura, as políticas e práticas, a forma de funcionamento e a relação dos ETT com a própria instituição e a comunidade universitária. A partir da análise das entrevistas, observa-se como um dos resultados encontrados que a forma de estruturação dos ETT distingui-se da forma de organização universitária, a qual é gerida pelos próprios pesquisadores, por órgãos colegiados, escolhidos pela comunidade, cuja função primeira é a pesquisa, o ensino e a extensão. Os escritórios, por sua vez, estão orientados para a defesa dos interesses da universidade no que tange a utilização dos conhecimentos gerados e a captação de recursos provenientes da transferência destes. Ainda que vinculados à universidade, que possui regulamentações específicas, os Escritórios possuem uma estrutura que se aproxima do tipo organizacional. O fato de seguir as regulamentações da estrutura universitária à qual está integrado imobilizaria certas práticas dos ETT, o que não ocorreria com outras instituições empresariais. Corroborando tal constatação, a literatura aponta como uma forma possível e, inclusive desejável, que os ETT se constituam como organizações separadas da universidade, pois isso lhes garantiria maior flexibilidade e autonomia.